



COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 9463, DE 2018, DO PODER EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE A DESESTATIZAÇÃO DAS CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS E ALTERA A LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002, A LEI Nº 9.991, DE 24 DE JULHO DE 2000, E A LEI Nº 5.899, DE 5 DE JULHO DE 1973" (REVOGA DISPOSITIVO DA LEI Nº 3.890-A, DE 1961 E DA LEI Nº 10.848, DE 2004) - PL946318

**REQUERIMENTO Nº , DE 2018
(Do Sr. Alessandro Molon)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater o PL nº 9463 de 2018.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada Audiência Pública para debater PL nº 9463 de 2018. Para tanto, convidamos:

- Dr. Fábio Machado Rezende – ex-diretor de Furnas, Diretor do Instituto de Desenvolvimento de Energético - Ilumina;

- Sr. Agenor de Oliveira, Diretor do Instituto de Desenvolvimento de Energético - Ilumina;

- Ronaldo Nery, diretor da Associação dos Acionistas Minoritários de Furnas e Diretor do Instituto de Desenvolvimento de Energético - Ilumina;

- Luiz Laercio Simões Machado, ex-presidente de Furnas;



- Sr. Francisco de Assis Chagas de Mello e Silva, advogado.

JUSTIFICATIVA

Em janeiro deste ano, o Presidente Michel Temer apresentou projeto de Lei com o intuito de privatizar as Centrais Elétricas Brasileiras, a Eletrobrás. São 233 usinas de geração de energia, incluindo Furnas - que opera 12 hidrelétricas e duas termelétricas - e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), além de seis distribuidoras, todas na região Norte e Nordeste, e 61 mil quilômetros de linhas de transmissão, metade do total do país e o suficiente para dar uma volta e meia no planeta.

Segundo especialistas, a privatização da companhia traz risco à soberania nacional, ao meio ambiente e ao mercado. O valor proposto pelo governo é muito abaixo do que de fato a companhia vale, dizem. Além disso, alertam que os preços ao consumidor devem ser elevados.

Ressalta-se que o governo apresentou o projeto sem nenhuma discussão com a sociedade, que será fortemente impactada pela medida.

Dessa forma, com o intuito de aprofundar o debate, é imprescindível que sejam ouvidos especialistas na área.

Assim, solicito o apoio dos demais membros desta Comissão no sentido da aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, 14 de março de 2018.

ALESSANDRO MOLON
Deputado Federal – REDE/RJ